



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00010.20240917/0001-06

**INTERESSADO.....: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE
ASSUNTO.....:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS
TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAR A IMPLANTAÇÃO
DO PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, QUE PROMOVA
APOIO MATERIAL E VÍNCULOS AFETIVOS SEGUROS E DURADOUROS ENTRE OS
ACOLHIDOS E AS PESSOAS DA COMUNIDADE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUSSAS-CE..**

**EMENTA.....:Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.Inciso III do Art.
72 da Lei Federal nº 14.133./2021.**

Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata do(a) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAR A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, QUE PROMOVA APOIO MATERIAL E VÍNCULOS AFETIVOS SEGUROS E DURADOUROS ENTRE OS ACOLHIDOS E AS PESSOAS DA COMUNIDADE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUSSAS-CE.,** visando atender as necessidades da(o) **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE,** conforme o constante do processo administrativo supra citado.

Depreende-se dos autos, Documento de Formalização de Demanda para execução do objeto deste processo administrativo, através de Contratação Direta, com fulcro no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda acompanhado do termo de referência/projeto básico;

II - estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem:

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A Dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. A Lei nº 14.133/2021 elenca os possíveis casos de dispensa, especificando em seus incisos que é dispensável a licitação:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tal valor, após regulamentação pelo Decreto nº 11.871/2023, é de R\$ 59.906,02.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por Dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta uma vez que a documentação acostada aos autos do processo demonstram o atendimento aos requisitos exigidos na NLLCA.

Ante o exposto, a proposição está em condições de ser aprovada.



Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na minuta de aviso de dispensa de licitação, com seus anexos. Não se incluem no âmbito de análise dessa Consultoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da entidade.

É o parecer, sub censura.

Russas/CE, 09 de outubro de 2024

**ALLISSON LEVI DE
OLIVEIRA**
SIMPLICIO:01480122300

Digitally signed by ALLISSON LEVI DE OLIVEIRA
SIMPLICIO:01480122300
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=
26882551000110, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=ALLISSON
LEVI DE OLIVEIRA SIMPLICIO:01480122300
Reason: I am the author of this document
Location: Russas, Ceará, Brasil
Date: 2024.10.09 16:30:16-03'00'
Foxit PDF Reader Version: 12.1.2

ALLISSON LEVI DE OLIVEIRA SIMPLÍCIO
SUB PROCURADOR

PORTARIA Nº 0066/2024 OAB/CE: 41.134



PORTARIA Nº 066/2024 de 18 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUSSAS – Estado do Ceará,
Sr. Sávio Gurgel Nogueira, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.690/2017, que Dispõe Sobre a Organização Administrativa do Município e o Quadro dos Cargos de Provimento em Comissão desta Prefeitura,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) **Sr(a) ALLISSON LEVI DE OLIVEIRA SIMPLÍCIO**, cadastrado no CPF nº **014.801.223-00**, no cargo de **SUB PROCURADOR 2 – Sub Procuradoria**, integrante da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2024.

Paço da Prefeitura Municipal de Russas/CE, em 18 de janeiro de 2024.

Sávio Gurgel Nogueira
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICADO QUE AOS 18 / 01 / 2024
publicado (a) (a)
portaria nº 066/2024 via edital de
publicação nº 079/2024
através de publicação no site da Prefeitura
Municipal de Russas, em área de acesso
público, nos termos da Lei Municipal nº. 760 / 2001,
de 18 de maio de 2001.

Deu fé.

Russas CE, 18 / 01 / 2024